



Água subterrânea no sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos

Embora se diga que a gestão dos recursos hídricos no Brasil é integrada na forma da lei Federal 9.433/97, na prática e tradicionalmente, só as águas que fluem visíveis pelos rios ou o Blue Water Flow é que tem sido objeto das análises de gerenciamento. Falta na nossa forma de análise de gerenciamento integrado, uma que enfoque não somente as águas de uma bacia hidrográfica, mas sua forma de gerenciamento integrado, tal como considerar a parcela da água de chuva que infiltra e dá suporte ao desenvolvimento da cobertura vegetal, inclusive a mata ciliar, ou o Green Water Flow. Igualmente, falta considerar os fluxos subterrâneos que deságuam nos rios durante os períodos sem chuvas nas respectivas bacias hidrográficas, de tal forma que sobre mais de 90% do território nacional os rios nunca secam graças aos fluxos subterrâneos ou Gray Water Flow que recebem.

Por sua vez, as empresas de água no Brasil precisam ser mais eficientes na oferta da gota de água disponível. Segundo o IBGE, 2000, 64% delas não coletam sequer os esgotos que geram nas cidades que abastecem e os índices de perdas totais da água tratada injetada nas redes de distribuição nas nossas cidades, variam entre 30 e 60%. Por sua vez, as atividades agrícolas que consomem cerca de 70% de toda a água disponível, segundo a FAO, têm projetos elaborados onde perdem mais de 73% dos volumes fornecidos

Além disso, as empresas de água no Brasil precisam considerar que nem toda a água que consumida numa cidade, por exemplo, necessariamente, tem que ser tratada, cloretada e até fluoretada ou potável. Muita da água que é usada nas cidades, tais como, para irrigação de gramas públicas ou privadas, lavagem de ruas, pátios e garagens, descargas sanitárias, abastecimento de torres de refrigeração das indústrias, controle da penetração de águas marinhas nos aquíferos costeiros, água usada nas atividades agrícolas em geral, lavagem de carros, etc., pode ser não potável ou de qualidade pouco controlada, tais como águas de poços, enchentes ou do escoamento de terrenos de mais de 500 m² de área, por exemplo, reúso das águas de esgotos mediante a infiltração de esgoto tratado nos terrenos pelo método ASR, por exemplo - Aquifer Storage Recovery cuja redução dos custos do tratamento convencional chega a ser de até 70% e toda uma gama de atividades urbanas, por

exemplo, onde a água usada não precisa ser potável.

Além disso, com os dois benefícios econômicos principais engendrados pelo reúso ou reciclagem da água, proporcionados pelo mercado global como prova de que adotou-se a boa política do desenvolvimento sustentado – mais água como fator de produção e a boa imagem do empreendimento - fica difícil continuar na idéia tradicional de construção de obras extraordinárias para aumentar a oferta de água, sem muita preocupação com os desperdícios, degradação da qualidade em níveis nunca imaginados e formas desordenadas de ocupação do espaço físico na área.

A partir da Rio-92, principalmente, os países mais desenvolvidos, donos do mercado internacional, passaram a dar mais importância a quem mostra que saber usar a gota de água disponível com eficiência crescente, ou seja, produzindo cada vez mais com cada vez menos água, do que ostenta sua abundância ou escassez. Assim, ou o Brasil decide inserir a água subterrânea no sistema nacional de gerenciamento dos seus recursos hídrico, passa a exigir maior eficiência das suas empresas de águas, ou vai enfrentar a ganância dos países mais ricos, sobretudo, porque estes tem a visão de abundância sendo dada pelos rios que nunca secam, com os amazônicos.

Aldo da C. Rebouças

Prof.Titular Colaborador Inst.de Geociências, Pesquisador Inst. Estudos Avançados-
Universidade de São Paulo, Consultor Secretaria Nacional de Recursos Hídricos

[Voltar](#) [Imprimir](#)

Copyright © - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
Todos os direitos reservados